

Gestão Participativa do Colegiado Territorial Sertão São Francisco (Pernambuco) e sua Contribuição no Desenvolvimento Territorial Rural do Semiárido Pernambucano

Participatory Management of the Sertão São Francisco Territorial Collegiate – Pernambuco, Brazil, and its Contribution to the Territorial Rural Development of the Semiarid Region of Pernambuco, Brazil

Flaviane Maria Florencio Monteiro Silva^a

Danielle Morais Amorim^b

Francisco Assis Filho^c

Xenusa Pereira Nunes^d

Lígia Carvalho^e

Ruth Morais N Amorim^f

Lúcia Marisy Souza Ribeiro Oliveira^g

^aMestranda em extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Petrolina/PE - flaviane.silva@univasf.edu.br

^bDoutoranda no Departamento de Sistemas Agrícolas - Esalq/USP. Piracicaba/SP - nielymorais@gmail.com

^cProfessor na Faculdade São Francisco de Juazeiro – FASJ. Juazeiro/BA - frasfil6@gmail.com

^dBolsista CNPq na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Petrolina/PE - xenusa.nunes@gmail.com

^eBolsista Capes da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Petrolina/PE - ligiauneb@gmail.com

^fServidora Pública, Assistente da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Petrolina/PE - ruth.amorim@univasf.edu.br

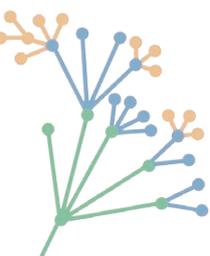
^gPró-Reitora da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Coordenadora geral do Projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Petrolina – Pernambuco - lucia.oliveira@univasf.edu.

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.25668>

Recebido em 15.05.2017

Aceito em 11.09.2017

ARTIGO - DOSSIÊ



RESUMO

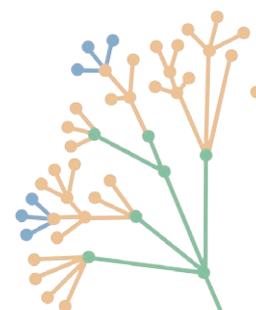
Os Colegiados Territoriais (CODETERs), são importantes espaços políticos de decisão participativa das organizações sociais vinculadas ao processo desenvolvimento rural sustentável do Brasil. Nesse espaço pode-se realizar discussão, planejamento, controle social, deliberação de ações do território relacionado à infraestrutura, educação, cultura, saúde, produção agrícola e animal, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da região. Objetivando analisar a participação social no Colegiado Territorial Sertão São Francisco-PE (COSERFRAN-PE) e a contribuição deste Colegiado no desenvolvimento rural da região, foi realizada uma pesquisa sobre gestão social participativa dos CODETERs, dando-se ênfase na pesquisa documental do COSERFRAN-PE. Com base nesta análise de dados, constatou-se uma pequena representação, no COSERFRAN-PE, da sociedade civil organizada por município, como também uma baixa representação e participação do poder público nas plenárias. Essa baixa representatividade impacta, negativamente, na tomada de decisões e deliberações, dificultando uma plena gestão participativa e desenvolvimento significativo deste Território.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Território. Desenvolvimento Rural, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Colegiados Territoriais (CODETERs, in Portuguese) are important political spaces for participatory decision-making of the social organizations linked to the sustainable rural development process in Brazil. In this space, discussion, planning, social control, deliberation of actions of the territory related to infrastructure, education, culture, health, agricultural and animal production contributing to the sustainable development of the region are conducted. This work aims to analyse the social participation of the Collegiate Territorial Sertão São Francisco- Pernambuco (COSERFRAN-PE, in Portuguese) as well as the contribution of the Collegiate to the rural development of the region. A research about social and participative management in CODETERs was conducted, with a focus on documentary research on the COSERFRAN-PE. Based on this data analysis, a low representation of the organized civil society by municipality in the COSERFRAN was observed, as well as a low representation and participation of the public authority in the plenaries. This low level of representation negatively impacted on the decision-making and deliberations processes, thus hampering the achievement of a significant participative management and development in this territory.

Keywords: Family farming, Territory, Rural Development. Sustainability



1 INTRODUÇÃO

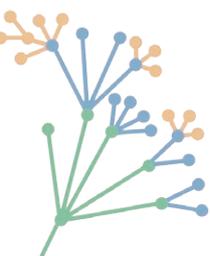
Nas últimas décadas o Estado brasileiro passou por um processo de descentralização político-administrativa, o que promoveu o desenvolvimento de espaços institucionais de relacionamento entre Estado e sociedade civil, potencializando os meios práticos de gestão de políticas públicas (Freitas et al., 2012). Tal descentralização teve início no final dos anos 1980, aprofundando-se por volta de 1990 (Delgado et al., 2007), quando as experiências nacionais de desenvolvimento territorial ganharam maior expressão devido ao contexto de crise vivenciado na época (ORTEGA, 2007).

Nesse contexto, iniciou-se um processo de redemocratização e descentralização político-administrativo do país, no qual novas formas de gestão promoveram a formulação e implementação de políticas públicas, visando a redução das desigualdades socioeconômicas (SANTOS et al., 2016).

A preocupação com o futuro das populações rurais provocou mudanças nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar e pela primeira vez foi realizada a identificação das potencialidades e dos entraves dos agricultores familiares. Foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tendo como principais metas: i) o combate à pobreza rural; ii) a criação de novas oportunidades de trabalho e renda para as pessoas do campo; e iii) o fortalecimento da identidade das comunidades rurais. Este ministério, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, inicia em 2003 o processo de conformação de territórios rurais. Neste período foram criados órgãos colegiados (CIAT, CODETER) que objetivaram incentivar e fortalecer os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural – CEDRs e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs. Também foi criado o CONDRAF, como órgão colegiado integrante do MDA, incorporando comunidades quilombolas, indígenas e pescadores artesanais como membros participantes, com voz e voto nas Comissões Temáticas que têm como foco de planejamento e gestão, o Território Rural (SAYAGO, 2007).

A política territorial desenvolvida amparou-se no tripé: i) organização e participação da sociedade civil através da formação de redes sociais territoriais de formação e capacitação; ii) fortalecimento institucional inspirado na construção de políticas articuladas e; iii) gestão compartilhada entre o setor público e o setor privado na busca do desenvolvimento rural (SAYAGO, 2007).

A abordagem territorial, como uma política pública para o desenvolvimento rural no Brasil, ocorreu com a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, no âmbito da SDT/MDA (BORGES FILHO et al., 2011). Essa abordagem territorial criada visava integrar espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Para tanto, foram definidos conjuntos de municípios com características ambientais e econômicas em comum, com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Esse agrupamento propiciou o planejamento de ações governamentais as quais objetivavam promover o desenvolvimento dessas regiões, o contribuir para diminuir o êxodo rural, bem como superar as desigualdades regionais (BRASIL, 2008).



Tonet (2008, p. 29) relata que o desenvolvimento local sustentável depende de uma multiplicidade de fatores, entre eles, os econômicos, sociais e políticos, e que o meio rural deve se aproximar de uma dinâmica territorial, que valorize a identidade local, os recursos naturais, o capital humano e social existentes.

No cenário de desenvolvimento utilizando-se uma abordagem territorial, o desenvolvimento de políticas públicas mudou a perspectiva de planejamento da escala municipal para uma escala territorial, constituindo-se em uma mudança que refletiu a valorização das potencialidades rurais e modos de vida dos agricultores, considerando, assim, o rural para além do olhar setorial, tendo os agricultores familiares como um público específico valorizado (FREITAS, 2016).

O Programa Territórios da Cidadania (PTC), implantado em 2008, objetivava superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento rural sustentável. O rural é percebido como espaço de potencialidades em todas as dimensões do desenvolvimento e não apenas do econômico. A partir do apoio a atividades produtivas, cidadania e direitos e infraestrutura reconheceram-se novos atores políticos e sociais e as suas demandas por serviços públicos, bens naturais, incremento nos rendimentos, logística e garantia de direitos, incluindo aí as mulheres, a juventude e os povos e comunidades tradicionais (CAVALCANTI et al., 2014).

No contexto atual, a gestão social dos Territórios da Cidadania é realizada por meio de três instâncias, sendo elas, o Comitê Gestor Nacional; Comitê de Articulação Estadual e o Colegiado Territorial que, segundo a resolução nº 48 e 52 do CONDRAF, é responsável pela articulação de ações, visando a gestão e o planejamento da região de forma coletiva, com inclusão social e pluralidade, monitoramento de políticas, fortalecimento das institucionalidades territoriais, bem como a construção de redes possibilitadoras da interação e integração territorial, além da execução de medidas que priorizem a participação de grupos, anteriormente marginalizados como os indígenas, quilombolas, produtoras rurais, entre outros (SANTOS et al., 2016).

A gestão dos territórios, promovida pelos Colegiados Territoriais, os torna responsáveis pelos processos tanto de gestão estratégica, quanto de gestão social, podendo-se constatar que nos processos de desenvolvimento territorial, tanto os aspectos operativos como políticos estão fortemente ligados, reconhecendo que ao se focar na gestão social, os colegiados também realizam, processos mais dinamizadores de ações sociais e políticas, capazes de aumentar a capacidade dos atores territoriais para o fortalecimento da cidadania. Assim, a gestão social favorece a aproximação entre as organizações públicas e as entidades da sociedade civil, e promove o comprometimento para com as estratégias e definições dos territórios (OLIVEIRA, et al., 2013).

Segundo Faveretto (2010), com a implementação de políticas de desenvolvimento territorial houve uma acentuada redução da pobreza, redução da desigualdade, o país experimentou um crescimento econômico continuado; porém, no caso das regiões rurais brasileiras especificamente, ainda precisa-se trabalhar fortemente as políticas sociais para que os resultados positivos se repitam e seus efeitos sejam marcantes e efetivos. Para isso precisa-se promover a atualização dos dispositivos



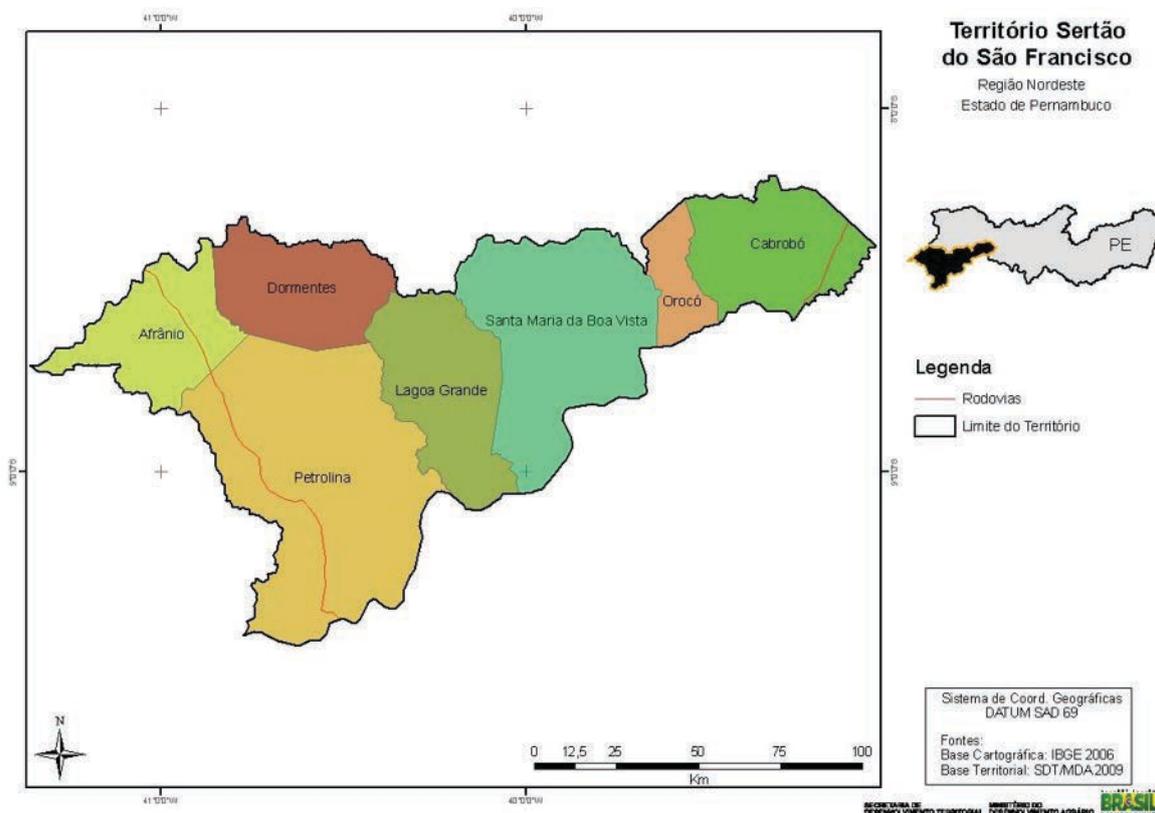
institucionais numa direção coerente e que o futuro das regiões rurais possa ser pensado em novas bases de relação entre sociedade, natureza e economia.

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar a composição e gestão participativa dos representantes da sociedade civil e de entidades públicas do Colegiado Territorial Sertão São Francisco-PE e a contribuição deste Colegiado para o Desenvolvimento Territorial Rural do Semiárido Nordestino.

2. PERFIL TERRITORIAL

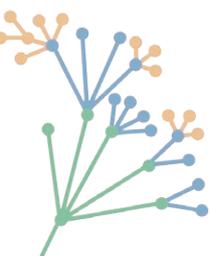
O Território do Sertão do São Francisco Pernambuco (Figura 1), localiza-se na região Nordeste do Brasil, no Semiárido Pernambucano. Abrange uma área de 14.682,2 km², representando aproximadamente 14,89% da área total do Estado, que é de 98.588,3 km². É composto por sete municípios: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, os quais estão distribuídos na Mesorregião do São Francisco e localizados na Microrregião de Petrolina, sendo considerada, na classificação política do Governo do Estado de Pernambuco, como região RD – Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (MDA/Brasil, 2011).

Figura 1: Mapa do Território Sertão São Francisco-PE.



Fonte: MDA/Brasil, 2011

Na região do Território Sertão São Francisco-PE, o Rio São Francisco é sua principal potencialidade, sendo alvo de políticas públicas utilizadas como ferramentas de



desenvolvimento que foram aceleradas pela implantação dos perímetros irrigados como o Projeto Senador Nilo Coelho, entre os municípios de Petrolina e Juazeiro. Assim, as últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento da fruticultura irrigada e pela reorganização fundiária, como resultado das intervenções públicas federais, contribuindo com a valorização e crescimento da agricultura familiar na região (MDA/Brasil, 2011).

O Território possui um clima definido, segundo Koeppen, como semiárido, com chuvas irregulares concentradas entre novembro e abril, com precipitação média anual de 300 a 400 mm na região de Juazeiro/Petrolina. Alcança índices de 2.000 mm de evapotranspiração anual, resultando num déficit hídrico variando de 1.200 a 1.600 mm. Os índices de temperatura apresentam pouca oscilação no ano, mantendo valores médios próximos dos 27°C (MDA/Brasil, 2011).

De acordo com os dados do Censo do IBGE 2000-2010, apresentados na Tabela 1, observa-se crescimento populacional em todos os municípios, principalmente Petrolina, constituindo-se como município polo da região. Observa-se nesse período um aumento geral da população do território em 27.41%. Na população rural houve um acréscimo de 22.84% que pode estar associado, não só a um aumento populacional, mas a uma maior permanência do homem no campo, incentivado pelas políticas de desenvolvimento territorial implantadas a partir de 2003 pelo SDT/MDA.

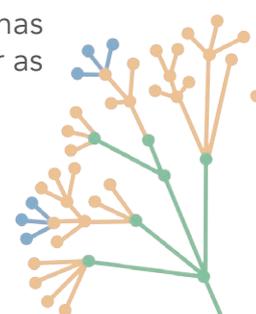
Tabela 1. Dados populacionais obtidos dos Censos Demográficos do IBGE 2000 e 2010.

Município	Área (km²)	2000			2010		
		Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)
Afrânio	1,490.60	15,007	3,985	11,022	17,586	5,861	11,725
Cabrobó	1,657.71	26,733	15,759	10,974	30,873	19,798	11,075
Dormentes	1,537.64	14,421	3,835	10,586	16,917	6,004	10,913
Lagoa Grande	1,848.90	19,120	8,652	10,468	22,760	10,416	12,344
Orocó	554.76	10,823	3,572	7,251	13,180	4,617	8,563
Petrolina	4,561.87	218,336	166,113	52,223	293,962	219,215	74,747
Santa Maria da Boa Vista	3,001.18	36,740	13,960	22,780	39,435	14,876	24,559
Total	14,652.66	341,180	215,876	125,304	434,713	280,787	153,926

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); Censo Demográfico (2010).

A organização social nos Colegiados Territoriais se dá por meio de diversas instâncias representativas dos múltiplos segmentos das organizações governamentais dos níveis municipal, estadual e federal, e organizações não-governamentais representando a sociedade civil organizada. São constituídos pelo Plenário, Núcleo diretivo e Câmaras temáticas, sendo o plenário é seu órgão de deliberação máxima, responsável pela tomada decisões; o Núcleo Diretivo responsável pelos encaminhamentos realizados em plenário e as Câmaras Temáticas responsável pelas demandas técnicas (SANTOS et al, 2016).

O Colegiado Territorial Sertão do São Francisco-PE é um órgão colegiado, de nível deliberativo máximo do Território, formado por atores sociais representantes de organizações da sociedade civil, dos agricultores familiares e do poder público nas suas diferentes esferas. Este tem como principais objetivos identificar e discutir as



demandas da região, encaminhando-as em forma de medidas, projetos ou políticas, apoiando a socialização entre as entidades do território, buscando incentivar a sustentabilidade e a inclusão social, visando o pleno desenvolvimento do Território Sertão São Francisco-PE.

Esta instância colegiada segue o estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, tendo em sua composição no mínimo de 50% das vagas ocupadas por representantes da sociedade civil organizada e máximo de 50% de representantes do governo (Freitas et al., 2012), podendo, segundo seu regimento interno, ser formado por no mínimo 25% de entidades públicas e no máximo de 75% de entidades civis. Na atualidade, o colegiado é composto por 13 entidades públicas e 32 representantes da sociedade civil organizada que representam os municípios que compõem o Território Sertão São Francisco-PE.

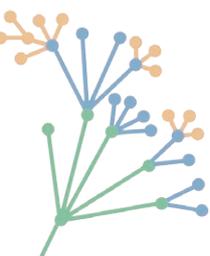
3. NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – PE

Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), formados por professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atuam como importantes assessores dos CODETERs, por meio de projetos de extensão e de pesquisa. Esses profissionais realizam, nos territórios ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva. Assim, os Nedets podem contribuir na identificação das dificuldades e desafios para o desenvolvimento Territorial, no apoio na organização dos CODETERS e fortalecimento da gestão participativa dos Colegiados Territoriais.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Sertão do São Francisco – PE, (Nedet-PE), é coordenado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina-PE. A equipe Nedet, formada pelo Coordenador Geral, Coordenador do Núcleo e assessores de Gênero (ATGE), Inclusão Produtiva (ATIP) e Gestão Social (ATGS), assessoraram, durante cerca de dois anos, atividades realizadas pelo COSERFRAN-PE e pelo Núcleo Diretivo, objetivando promover, em cada município do Território Sertão São Francisco Pernambuco (TSSF-PE), o empoderamento dos grupos produtivos, bem como dos grupos de jovens, mulheres e povos tradicionais. Através desse assessoramento foi possível promover a difusão de metodologias e tecnologias sociais, através de cursos, palestras e apoio a conferências, realizar a elaboração e envio de projetos para concorrer a editais, discutir políticas públicas e auxiliar na reestruturação do COSERFRAN-PE, estimulando mobilização dos atores sociais do poder público e da sociedade civil deste território.

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DO COSERFRAN-PE

Nos dois anos de assessoria e apoio às atividades do Colegiado Territorial Sertão do São Francisco-PE, (COSERFRAN-PE), foi possível obter um balanço da participação dos atores sociais, sejam eles representantes de entidades públicas ou da



sociedade civil organizada, além de conselhos e sindicatos, no planejamento e articulações desta instância colegiada.

A análise da gestão participativa das entidades públicas e da sociedade civil permitiu verificar a participação dos atores sociais público e civis, por município, que compõe o COSERFRAN-PE, seu poder de análise, discussão participativa e deliberativa e se esta gestão participativa trouxe avanços para o território, contribuindo com o desenvolvimento rural da região.

Para análise da participação das entidades representantes dos municípios nas plenárias do COSERFRAN-PE a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para aprofundamento no tema da gestão social participativa e, principalmente a análise dos documentos do COSERFRAN-PE que abrangeram atas, listas de frequência e relatórios durante o período de 2015 a 2016, assim como, documentos produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nedet.

A análise da contribuição da gestão participativa do COSERFRAN-PE para o Desenvolvimento Territorial Rural da região também foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental (atas, relatórios, documentos produzidos pelo MDA), buscando-se informações referentes a contribuição da gestão participativa nas discussões, tomada de decisões, participação e aprovações de projetos que impactaram positivamente e trouxeram benefícios para região.

Posteriormente à coleta dos dados e sistematização, utilizou-se da estatística descritiva para análise percentual da frequência de participação de cada entidade nas plenárias. Calculou-se a participação por grupo (associações, cooperativas, sindicatos, entidades públicas e demais entidades) chegando a um percentual representativo e a média geral de participação das entidades públicas e civis, agrupadas em sociedade civil organizada e em conselhos e sindicatos.

5. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO COSERFRAN-PE

A análise da gestão participativa dos atores sociais do COSERFRAN permitiu conhecer, no período avaliado, o nível de participação dos representantes da sociedade civil e entidades públicas no planejamento, análise e implementação de ações, programas e políticas públicas relevantes para o desenvolvimento e fortalecimento do Território. A participação da sociedade e do poder público nas tomadas de decisão relacionadas aos Territórios é indispensável para atingir seu desenvolvimento rural sustentável (SDT/MDA, 2005).

Durante os anos de 2015-2016 ocorreram seis plenárias, eventos de caráter deliberativo, nas quais foi crucial a presença dos representantes das entidades públicas ou da sociedade civil organizada. Nessas plenárias, com o apoio do Nedet/UNIVASF, foi realizada a revisão do regimento interno, a renovação das entidades civis e públicas para recomposição do Colegiado, a recomposição do núcleo diretivo, reativação ou criação das câmaras temáticas, sendo também discutidas polí-



ticas públicas, participação dos municípios em editais (Proinf, Fundo Casa, Espaço Mulher com Vida), demandas específicas por município, participação em eventos do Território (Conferencia Territorial de ATER, ENAFA- Encontro da agricultura Familiar e Feira de Mulheres dos Territórios, Evento Estadual de Mulheres), cursos de capacitação, além de serem realizadas palestras para fundamentar temas discutidos, principalmente em relação ao fortalecimento da Agricultura Familiar como estratégia para se alcançar um maior desenvolvimento Territorial Rural do semiárido brasileiro.

Em virtude do que se é tratado e decidido nas plenárias, é essencial que haja uma maior participação das entidades Públicas e Cíveis que compõem o colegiado, legitimando esse espaço de discussão e deliberação participativa. Segundo Cavalcanti et al., (2014 p. 38), os membros da sociedade rural contemporânea desenvolvem estratégias complexas na busca de recursos, apoios, informações, conselhos, mantendo relações com entidades públicas e da sociedade civil (sindicatos, organizações não governamentais, igrejas, empresas privadas, associações e cooperativas) e representações do poder público, em especial do poder local, com o objetivo de encontrar meios e caminhos que lhes abram espaço de atuação, podendo alcançar não apenas a satisfação de necessidades imediatas, a melhoria da qualidade de vida, o acesso a recursos produtivos, a realização de projetos geradores de renda, mas também reivindicações de reconhecimento social e a afirmação de identidade cultural.

A representação das entidades públicas no COSERFRAN-PE (Figura 2) no biênio 2015-2016 foi baixa em relação a importância destas entidades na discussão, apoio e deliberações que venham a fortalecer as decisões e suprir as demandas territoriais. Com base nos registros das plenárias ocorridas, foi observado uma participação assídua da UNIVASF e do Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco – IPA, com 100% de presença (figura 2). Dentre as entidades públicas que se fizeram mais presentes estão as com sede no município de Petrolina, fato que pode estar associado a esse município ser um polo na região do Vale do São Francisco, concentrando um maior número de instituições públicas. Há representação com baixa frequência da maioria das prefeituras dos municípios integrantes do COSERFRAN-PE, fato que pode estar associado ao período das eleições municipais.

A presença constante da Univasf nas atividades do COSERFRAN-PE demonstrou seu compromisso na implementação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) no Território Sertão do São Francisco Pernambuco. O IPA, entidade do governo do estado voltada para pesquisa, assistência técnica e extensão rural deu sua contribuição e apoio nas atividades do colegiado, apresentando 100% de frequência. A política de Assistência Técnica Rural para Agricultura familiar foi um tema bastante recorrente nas plenárias, necessitando de um constante debate em busca da melhoria desta política pública para os territórios.

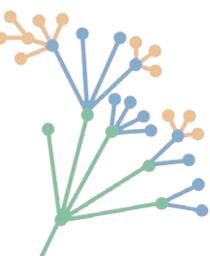
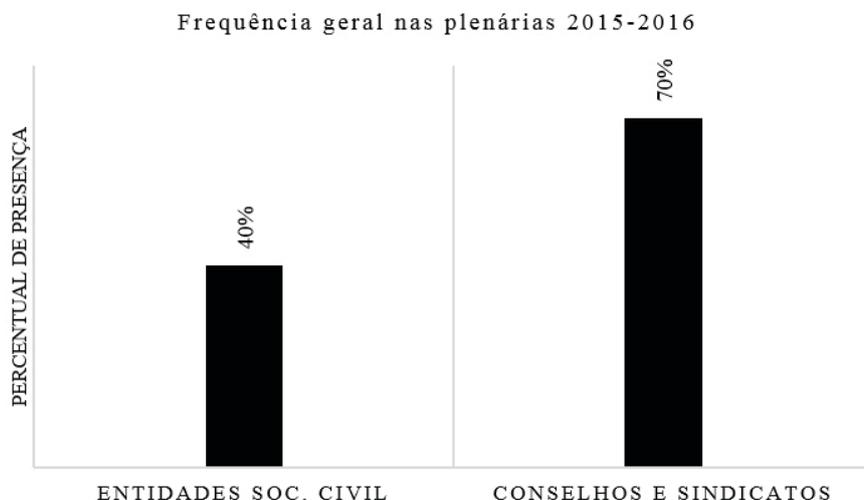


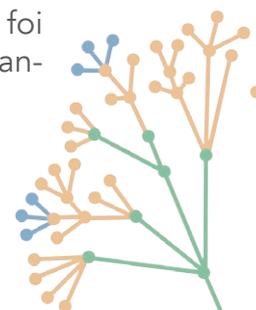
Figura 2. Frequência geral de participação das entidades públicas nas plenárias 2015-2016



Avaliando-se as listas de frequência e atas das plenárias no período citado, foi constatado que as entidades públicas que participavam eram geralmente as mesmas, e os representantes públicos e civis de Cabrobó foram os últimos a fazer parte da recomposição do COSERFRAN-PE. Embora tenha sido observada uma baixa representação das entidades que abrangem os municípios do TSSF-PE, estas entidades públicas participavam de forma efetiva das discussões e decisões nas plenárias, principalmente as relacionadas a elaboração de projetos (Proinf), demandas técnicas (cursos, palestras) e apoio a eventos do Território (Conferência Territorial de ATER, Evento Estadual de Mulheres). Das entidades públicas participantes do COSERFRAN-PE, seguindo seu regimento interno, 05 faziam parte do Núcleo Diretivo (UNIVASF, IF-Sertão, Secretaria Estadual da Mulher, IPA e Prefeitura de Lagoa Grande), participando de forma mais efetiva das discussões e demandas do TSSF-PE que eram levadas para discussão e deliberações nas plenárias.

As entidades da sociedade civil constituem importantes instituições que representam e discutem as demandas dos seus municípios, trazendo grande contribuição para o controle social do Território. Segundo Santos et al. (2016, p. 15), o protagonismo social se reflete na participação dos representantes da sociedade e sua diversidade nas tomadas de decisão, anteriormente restrita apenas ao governo, mas no estado democrático, incorporado a partir da constituição de 1988, compartilhando a gestão local, municipal, territorial com a sociedade civil organizada e permitindo o aprimoramento de ações bem como de decisões no território.

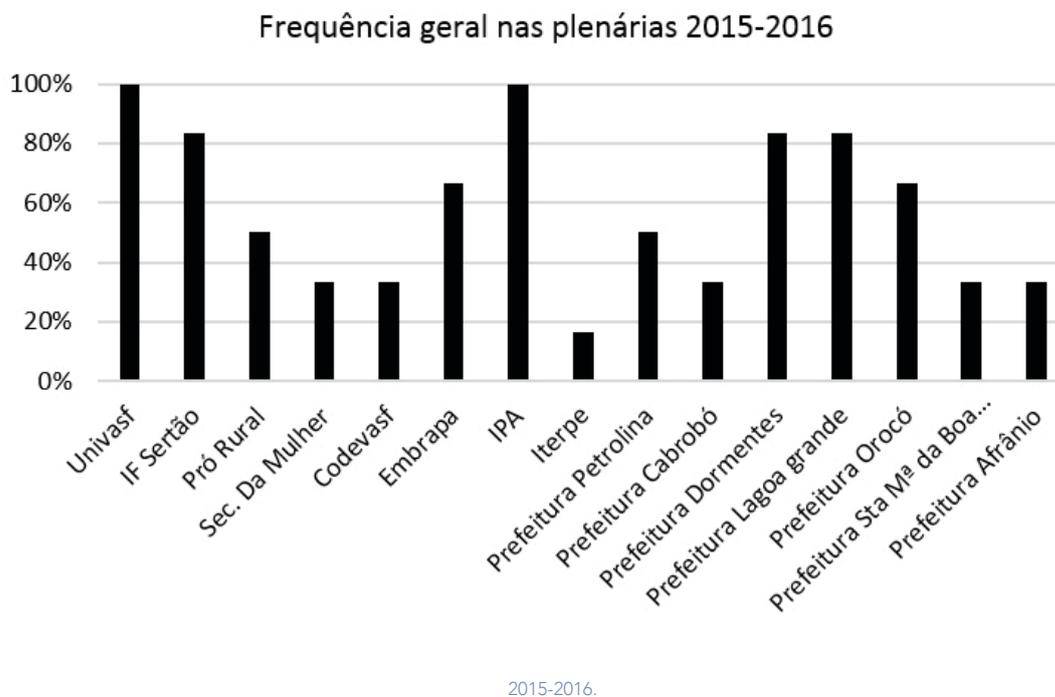
No território Sertão do São Francisco Pernambuco, a representação da sociedade civil, por meio das associações e cooperativas de produtores das diferentes cadeias produtivas da região, além dos representantes dos movimentos sociais, ainda é baixa, sendo verificado nas seis plenárias que ocorreram entre 2015-2016, uma participação maior dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais (Figura 3). Na análise documental (Atas e lista de frequência) e também através de levantamento de informações através de meios de comunicação como e-mail e whatsapp foi verificada uma baixa mobilização das entidades civis por parte dos representan-



tes dos municípios no Núcleo Diretivo, sendo registrado ausência de municípios, como Afrânio, Santa Maria da Boa Vista e Cabrobó, em algumas plenárias realizadas em 2015-2016.

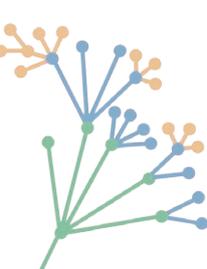
Uma grande desmotivação que levou a desmobilização na participação das plenárias foi observada após o período das eleições municipais, onde houve mudança dos representantes dos municípios em todas as instâncias do COSERFRAN-PE. As mudanças no Governo Federal, o cenário político de incertezas e diminuição de recursos para as políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar também gerou descontentamento e desmotivação na gestão participativa do COSERFRAN-PE.

Figura 3. Representação da frequência geral de participação das entidades da sociedade civil nas plenárias



No período avaliado constatou-se representação dos sindicatos dos trabalhadores rurais de todos municípios que compõem o Território Sertão São Francisco-PE. No entanto observou-se uma baixa representação dos Conselhos Municipais, havendo apenas representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Conselho Municipal de Políticas Públicas da Juventude. Em relação as demais entidades civis como associações, comunidades, ONGs, assentamentos, não foi observado, nos documentos consultados, regularidade de participação nas plenárias. Os representantes de movimentos sociais, STR e Conselhos Municipais foram os que mais participaram das discussões e deliberações nas plenárias, contribuindo para discussão participativa e tomada de decisões.

Segundo Santos et al., (2016), a gestão social tem uma grande relevância na tomada de decisões, realizando um estreitamento de relações com o Estado e ge-



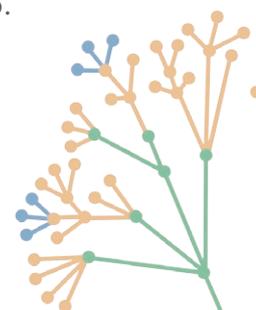
rando a aproximação do poder público para que haja uma melhor efetivação das políticas públicas, devendo a sociedade exercer o seu protagonismo no processo de decisão e deliberação de ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que esses atores possuem o conhecimento da realidade e dos problemas em seu entorno, favorecendo a eficiência administrativa na implantação de políticas públicas.

Cavalcanti et al., (2014 p. 224), avaliado as dinâmicas sociais no Território Sertão São Francisco-PE, na sua primeira década de existência, relata que o Programa de Territórios da Cidadania permitiu um acesso à informação que as comunidades ainda não tinham vivenciado, proporcionando uma nova capacidade de controle sobre as decisões em assuntos que afetam as comunidades e sobre condições de realização das ações decididas. Uma consequência positiva desta dinâmica criada pelo Programa Territórios foi a tomada de consciência por parte das comunidades rurais, sua maior mobilização e protagonismo frente aos poderes estabelecidos. Mas, além dessa dimensão informativa, as reuniões dos fóruns e do Colegiado criaram a oportunidade de encontrar vários protagonistas nesse cenário local e de tecer com eles laços com potenciais aliados. Nesta primeira década de avaliação, embora tenham sido limitados os resultados obtidos em termos de realizações concretas, o PTC funcionou como um fator positivo numa dinâmica de reequilíbrio e de recomposição das relações de forças entre as entidades da sociedade civil, representando as comunidades rurais marginalizadas e as instituições do poder público.

No período de 2015-2016, embora ainda pequenas, as atividades que contribuíram com a realização de ações positivas para o TSSF-PE, que impactarão no desenvolvimento deste território a médio ou longo prazo, relacionaram-se a atualização do COSERFRAN-PE (revisão do regimento interno, a renovação das entidades civis e públicas para recomposição do Colegiado, a recomposição do núcleo diretivo, reativação ou criação das câmaras temáticas); discussão sobre políticas públicas, norteando e empoderando os atores sociais; elaboração de projetos e aprovação em editais com obtenção de recursos para os municípios (Proinf, Fundo Casa, Espaço Mulher com Vida); apoio na participação em eventos do Território (Conferência Territorial de ATER, ENAFA- Encontro da agricultura Familiar e Feira de Mulheres dos Territórios, Evento Estadual de Mulheres); cursos de capacitação e realização de palestras contribuindo com a formação técnica dos atores sociais do TSSF-PE. Essas ações poderiam ser muito mais significativas se houvesse a participação de um maior número e maior assiduidade dos representantes das entidades públicas e sociedade civil dos municípios que compõem o TSSF-PE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território São Francisco Pernambuco é um território da cidadania com muitas potencialidades. A discussão e o planejamento de ações, o acesso a políticas públicas no âmbito territorial têm promovido mudanças político, econômica e social nos municípios que o compõem, contribuindo para o desenvolvimento rural no semiárido, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar no território.



No entanto, ainda é baixa a representatividade da Sociedade Civil Organizada e entidades Públicas no COSERFRAN-PE, considerando-se o número de municípios integrantes do Território. Essa baixa representatividade impacta, negativamente, na tomada de decisões e deliberações, dificultando uma plena gestão participativa e desenvolvimento significativo do Território.

No Território Sertão do São Francisco Pernambuco o capital social precisa ser ampliado, a gestão social deve ser executada mais fortemente para a conquista e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável do território.

7. REFERÊNCIAS

BORGES FILHO, E. L.; OLIVEIRA, V. P.; BRANCO, G. **A Percepção da Família sobre as Condições de Vida no Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco**. In: 49º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais...Belo Horizonte, MG. 2011. Brasil

BRASIL. **Territórios da cidadania**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

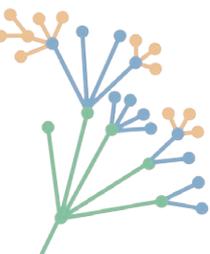
CAVALCANTI, J. S. B. et al. **Dinâmicas Sociais no Território Sertão do São Francisco-PE**. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.) *Participação, Território e Cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2014. p. 153-236.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro. Dez. 2007.

FAVARETO, ARILSON DA SILVA. **Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma década de experimentações**. *Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)*, v. 1, p. 47-63, 2010.

FREITAS, A. F. Por uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial rural. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, v.54, n.4, out/dez, 2016.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial e Gestão Social de Políticas Públicas: O caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1201-233, set/out. 2012.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco**. SDT/MDA, 2011. Disponível em:< http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio083.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais (Documentos Institucionais, 2)**, 2005, Brasília.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 3**, n. 2, p. 154-175, jul./dez. 2013.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos Consads. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n.2, p. 275-300, abr/jun, 2007.

SANTOS et al., Governança Territorial e Participação Social: Análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Pará. In: IX CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2016, Brasília, **Anais...** Disponível em:<<https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-21-02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 9-21, 2007.

TONET, R M. Algumas sugestões sobre o novo papel da Extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 10, 2008.

